



MARIA CARMELITA YAZBEK^{1*}

Ao longo dos 84 anos do Serviço Social brasileiro a profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek tem se destacado na luta pela garantia da unidade teórico-metodológica e político-ideológica da produção acadêmica da área. O levantamento de sua produção indica uma interlocução com pesquisadores de outras áreas bem como professores de todas as regiões do Brasil, de alguns países da América Latina e de Portugal, chamando atenção para sua capilaridade na discussão e na formulação de propostas para enfrentamento dos problemas que afligem as populações desses países no contexto da expropriação capitalista.

Maria Carmelita ou Carmela, como é chamada carinhosamente pelos mais íntimos, possui Mestrado (1977) e Doutorado (1992) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós doutoramento no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP) no âmbito dos Fundamentos Políticos das Ideias Contemporâneas (2001). A PUC/SP tem sido o principal espaço de socialização de seus conhecimentos, contribuindo na educação continuada de docentes e pesquisadores/as do Brasil e de outros países.

Atualmente é professora da Pós-Graduação em Serviço Social na referida instituição na área de Fundamentos Teórico Metodológicos do Serviço Social e vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão. Sua inserção internacional se expressa na condição de membro do Conselho Científico e Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da La Universidad Nacional de La Plata (UNLP) – Argentina, consultora da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), na qualidade de Avaliadora Externa do Ensino de Serviço Social em Portugal onde foi professora visitante do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, do Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra e do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, além da consultoria ao Curso de Serviço Social do Instituto Superior João Paulo II em Luanda, Angola. Pesquisadora 1 A do CNPq, representou a área de Serviço Social na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no período de 2004 a 2007.

^{1*} Assistente Social. Pós no âmbito dos Fundamentos Políticos das Ideias Contemporâneas. Professora da Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, São Paulo, Brasil). Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, São Paulo (SP), CEP.: 05014-901.

DOI 10.22422/temporalis.2020v20n39p257-266

© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

A publicação de Maria Carmelita se aloja em vários veículos. Dentre os escritos da autora sobre a Política de Assistência Social destaca-se o livro “Classe Subalterna e Assistência Social”, em sua 9ª edição e as coletâneas organizadas, em coautoria, “A Assistência na Trajetória da Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise”, em sua 12ª edição; “A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda” (2004); “Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo (2006) e “O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistência em movimento”(2019). Todos publicados pela editora Cortez.

Comissão Editorial Temporalis: O livro a “Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras” é considerado a produção científica seminal da temática Assistência Social, da área do Serviço Social brasileiro, por problematizá-la no contexto das contradições do capitalismo e suas particularidades na formação social brasileira. A senhora poderia recuperar a elaboração desta obra considerando sua relevância para o exercício profissional pré-Constituição de 1988 e para o estudo acadêmico para uma área de conhecimento em constituição na época.

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek: Em 1984 foi criado, sob a iniciativa da profa. Dra. Aldaíza Sposati o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade e Assistência Social – NEPSAS, no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUCSP. Nesse contexto um grupo de docentes apresentou ao CNPq projeto de pesquisa sobre a assistência social como objeto de investigação, buscando repensar “políticas e práticas assistenciais” e construir referências teóricas para problematizar esse objeto.

É importante assinalar o significado de tal iniciativa, naquele contexto histórico no qual “o forte caráter programático e conservador que travestia essa área exigia coragem científica para fazer tramitar seu reconhecimento como campo de pesquisa, principalmente a partir do Serviço Social que se afirmava sob a Teoria Social Crítica”, no âmbito do pensamento marxiano. (Conforme o site do NEPSAS - 2020) O estudo naquela conjuntura trouxe corajosamente, para debate público, a relação assistência social – cidadania social.

A questão que se colocou à análise dos pesquisadores foi a seguinte: seria a assistência social um objeto acadêmico de investigação voltado para a expansão da cidadania social?

O resultado dessa reflexão, dos docentes envolvidos, está registrado no livro *Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. Uma questão em análise*, em 12ª edição, 2017 (6ª e última reimpressão, a pedido das autoras), publicado pela primeira vez em 1985 pela Editora Cortez, três anos antes da Constituição Federal que instituiu a assistência social como direito de cidadania e parte da Seguridade Social brasileira. São, portanto, 35 anos de construção de um caminho vigoroso e instigante de análise e problematização da assistência social brasileira, até então uma área desprestigiada no mundo acadêmico. Partindo da observação do estatuto secundário do tema, os pesquisadores adotaram três grandes cortes de análise que se transformaram em orientações metodológica da pesquisa:

- O assistencial como mecanismo presente nas políticas sociais;
- O assistencial como área de investimento do Estado brasileiro e produtor de bens e serviços à força de trabalho;
- O assistencial como mediação fundamental da prática do assistente social (SPOSATI et al., 2017, p. 15).

Essa busca permitiu constatar que o mecanismo assistencial não era prerrogativa do campo de assistência social, pois se fazia (e faz) presente em diferentes acessos e atenções de políticas sociais.

O contexto caracterizava-se por ser o final da ditadura militar e o início do período de transição conhecido como Nova República. Era um momento da história brasileira em que a luta concreta da sociedade se orientava pelo reconhecimento de direitos, e com eles, da extensão da cidadania a todos os brasileiros.

O caráter secundário do tema, na prática e na academia, que se efetivava principalmente em dois lugares federais - hoje já extintos- a Fundação Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) e Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), começa a sofrer alterações após a Constituição de 1988, quando tem início a construção de uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a Constituição e a LOAS estabelecem uma nova matriz para a Assistência Social brasileira, iniciando um processo que tem como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitam. A inserção na Seguridade aponta também para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. Desse modo, a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

Essa conjuntura e os eventos acadêmicos do Programa de Serviço Social da PUCSP que tinham como objetivo analisar o exercício profissional dos assistentes sociais em diversos campos de atuação, onde se incluía o campo da assistência pública, berço histórico das políticas sociais brasileiras, mobilizou docentes e pesquisadores com objetivo de avaliar a assistência social em duas perspectivas:

a) Seria a assistência social geneticamente fadada ao assistencialismo? Poderia a assistência social constituir-se em prestação de serviços públicos ingressando no campo de direitos sociais? b) Os movimentos e lutas sociais insurgentes apoiados e fomentados pelo Serviço Social naquele contexto, seriam incompatíveis com as práticas da assistência social? Os movimentos da sociedade civil evidenciavam as injustiças sociais e pressionavam a agenda pública pela ampliação de suas responsabilidades sociais. As ações insurgentes evidenciavam a legitimidade do direito da população, a legitimidade de suas lutas e reivindicações e pressionavam pela legalidade que possibilitaria a incorporação e a garantia desses direitos (SPOSATI; YAZBEK, 2016, p. 2).

Nesse contexto, a assistência social que até então não se apresentava como expressão concreta de um direito social até porque, o campo da proteção social, a que pertence teve, como vem tendo, enormes dificuldades para ser aceito como direito distributivo de cidadania e como proteção. Os serviços sócioassistenciais prestados a partir de interesses de entidades religiosas e político partidários é sua versão conservadora e bastante conhecida e não desapareceu até os dias atuais e ainda está presente em nas ações da assistência social, evidenciando-a como um campo em disputa.

Comissão Editorial Temporalis: O trabalho profissional na execução, na gestão e na elaboração da Política de Assistência Social não é exclusividade dos assistentes sociais, mas os dados

estatísticos sobre execução, gestão e pesquisa em políticas sociais, indicam que assistentes sociais são majoritárias/os nos espaços sócio ocupacionais da referida política.

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek: Cabe destacar, inicialmente, como ponto de partida uma forma de apreender o trabalho profissional do assistente social, situado no movimento histórico da sociedade. Entendo que o surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, seu assalariamento e a ocupação de um espaço na divisão social e técnica do trabalho, bem como a estruturação de seu mercado de trabalho particular é resultante de relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldam sua necessidade social e definem os seus usuários. Nessa direção o Serviço Social interfere nos processos relacionados com a reprodução social da vida, desenvolvendo sua ação profissional em situações sociais que afetam a qualidade de vida da população em geral e sobretudo dos setores mais empobrecidos da sociedade.

As políticas sociais vem sendo, historicamente, a mediação fundamental para este trabalho. E, entre as políticas sociais é fundamental destacar a Assistência Social. A trajetória da profissão com diferentes conotações, acompanha a Assistência Social brasileira desde os anos 30 quando o Estado assume uma intervenção reguladora frente à emergente questão social no país. Nesse período, a regulação das tensões entre as classes sociais se efetiva mediante a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. É também nesse contexto que emerge como profissão o Serviço Social brasileiro marcado pelo projeto político da Igreja Católica expresso "pela doutrina e pela ação social católica". Neste momento histórico a profissão prioriza a Ação Social (intervenção direcionada para mudanças sociais sob a ótica do ideário católico) em relação à Assistência Social.² Nesse contexto a Assistência Social era considerada um avanço em relação às práticas filantrópicas prevaletentes até então. Em 1942 o governo brasileiro cria a LBA com a finalidade de prestar às famílias dos expedicionários brasileiros. Terminada a Guerra a LBA se volta para a Assistência à maternidade e à infância. "Caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria vai interferir junto aos segmentos mais pobres da sociedade, mobilizando a sociedade civil, o trabalho feminino e a profissionalização dos assistentes sociais. Essa modalidade de intervenção está na raiz da relação simbiótica que a emergente Assistência Social brasileira vai estabelecer com a Filantropia e com a benemerência" (MESTRINER, 2001, p. 14)³. O caráter dessa relação nunca foi claro e a histórica inexistência de fronteiras entre o público e o privado na constituição da sociedade brasileira vai compor a tessitura básica dessa relação que continuamente repõe tradições clientelistas e assistencialistas seculares. Portanto, o que se observa é que, historicamente a Assistência Social brasileira e juntamente com ela, o Serviço Social profissional, se estruturam vinculados: 1) ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil e 2) ao avanço da profissionalização no tratamento da questão social e ao crescimento da centralidade do Estado na tarefa de assegurar o bem-estar da sociedade.

² Ver a propósito Entrevista com Odila Cintra Ferreira. Revista Serviço Social e Sociedade nº 12, São Paulo, Cortez, agosto de 1983.

Partilho com Netto (2001) a análise segundo a qual a profissionalização do Serviço Social não se explica apenas como continuidade da filantropia ou da caridade (desenvolvidas desde a emergência da sociedade burguesa) mas vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. "O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes - *ainda que desenvolvendo uma autorepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* - se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle." (NETTO, 2001, p. 71)

³ Para a autora "Assistência Social, Filantropia e Benemerência tem sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas umas das outras" (MESTRINER, 2001, p. 14)

Trata-se de um contexto no qual o Estado passa a operacionalizar políticas sociais a partir do reconhecimento das competências profissionais e do trabalho baseado no saber técnico. Com o tempo essas velhas (?) formas de socorrer os pobres gestadas na filantropia e na benemerência, embora sob a responsabilidade do Estado, em parceria com entidades socioassistenciais, evoluem para políticas, programas e projetos explicitamente anunciados como de combate à pobreza. Sendo o Serviço Social,

[...] uma das categorias profissionais envolvidas na implementação de políticas sociais, seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica. [...] O processo de institucionalização do Serviço Social como profissão dentro da divisão social e técnica do trabalho encontra-se estreitamente vinculado ao crescimento das grandes instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado (IAMAMOTO, 2011, p. 86-89).

Esse processo, contou sempre com a intervenção dos assistentes sociais brasileiros. Eu diria mais: os assistentes sociais sempre foram operadores das ações de assistência social. E, quando o Brasil, na “contra-mão” das transformações que ocorriam na ordem capitalista internacional, instituiu constitucionalmente em 1988, seu sistema de Seguridade Social e nele colocou a Assistência Social, novos caminhos foram abertos para a ação profissional. Contexto em que, não podemos esquecer o caráter fundamental do protagonismo dos assistentes sociais na elaboração da LOAS e do conjunto de legislações que está na base dessa política. Pesquisas realizadas para a análise das condições dos trabalhadores do SUAS e o próprio Censo SUAS, revelam que os assistentes sociais compõem um terço da força de trabalho do Sistema e juntamente com os psicólogos devem compor as equipes mínimas dos CRAS.

Comissão Editorial Temporalis: Como avalia a pesquisa concernente à Política de Assistência Social no Serviço Social hoje? A era dos não direitos que pretende se reinstaurar, no Brasil do presente, resgata o Estado assistencialista. É possível identificar alguma singularidade em relação aos outros períodos marcados por essa modalidade estatal?

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek: Entendo que a temática da Assistência Social ocupa um lugar relevante no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimentos na Área de Serviço Social e em outras áreas de conhecimentos. Os desafios atuais, como apontados na própria questão, expressos especialmente na “era dos não direitos” no desfinanciamento do SUAS, no resgate do Estado assistencialista, da filantropia, do familismo e da mescla assistência/religião, entre outros, mais do que nunca podem e devem ser objeto de pesquisas. E este é o primeiro ponto que eu gostaria de destacar sobre a pesquisa: não há melhor caminho para qualificar o trabalho da profissão e seu campo de conhecimento do que o estudo, a pesquisa e o debate. Otávio Ianni, um artesão do pensamento crítico no Brasil, mais de uma vez afirmou a pesquisa como uma aventura do espírito. Dizia ele, que o pensamento crítico é o pensamento responsável e fundamentado em uma Teoria Social e, portanto, um pensamento que não é indiferente do ponto de vista social e político (IANNI, 2003).

Um exemplo recente, da busca de singularidade no movimento histórico dessa Política, foi a publicação em 2019 pela Editora Cortez do livro: *O sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento*. O objeto desse livro são os resultados importante projeto pesquisa sobre a Assistência Social no País: Estudo avaliativo da implementação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, envolvendo pesquisadores de seis Universidades do país, entre os

anos de 2014 e 2018, sob a coordenação da professora Dra. Raquel Raichelis do Programa de Estudos Pós Graduação em Serviço Social da PUCSP⁴.

⁴ “Quanto aos critérios para seleção dos espaços geográficos para desenvolvimento da pesquisa empírica, foram selecionados Estados representativos de cada Região do país, sendo um Estado da Região Norte (Pará); dois Estados da Região Nordeste (Maranhão e Ceará); o Distrito Federal, representando a Região Centro-Oeste; dois Estados da Região Sudeste (São Paulo e Minas Gerais); e dois Estados da Região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná), totalizando sete Estados e o Distrito Federal. O objeto da investigação foi a Política de Assistência Social no Brasil, especificamente no que se refere à implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando duas dimensões: análise crítica do conteúdo, dos fundamentos e da realidade da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o processo de implementação do SUAS em nível nacional, contemplando a análise da gestão federal, estadual e municipal, considerando a articulação entre os três níveis de governo e destes com a sociedade; pesquisa de campo sobre a implementação do SUAS em uma amostra intencional de Estados e municípios brasileiros. Foram selecionados enquanto espaços institucionais privilegiados para estudo da implementação do SUAS, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e os Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP).

Quanto aos critérios para seleção dos espaços geográficos para desenvolvimento da pesquisa empírica, foram selecionados Estados representativos de cada Região do país, sendo um Estado da Região Norte (Pará); o Distrito Federal, representando a Região Centro-Oeste; dois Estados da Região Nordeste (Maranhão e Ceará); dois Estados da Região Sudeste (São Paulo e Minas Gerais); e dois Estados da Região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná), totalizando sete Estados e o Distrito Federal. Em cada um desses Estados foram selecionados, também intencionalmente, pelos pesquisadores responsáveis pelo estudo, com a participação de gestores estaduais e de técnicos assessores, 06 municípios onde o estudo foi desenvolvido em profundidade: a capital do Estado (metrópole); 01 município de porte grande; 01 município de porte médio; 02 municípios de porte pequeno nível 01 e 01 município de porte pequeno nível 02, totalizando, portanto, 40 municípios nos 07 Estados mais o Distrito Federal.

O total de CRAS selecionados para o desenvolvimento da pesquisa empírica nos 40 municípios dos 07 Estados e mais o Distrito Federal foi de 02 CRAS para as metrópoles; 02 para as cidades de porte grande; 02 para as cidades de porte médio; 01 para as cidades de porte pequeno nível 01 e 01 para as cidades de porte pequeno nível 02, totalizando 56 CRAS, selecionados pelos pesquisadores responsáveis pelo estudo em cada Estado com a participação dos gestores municipais e técnicos assessores da Política de Assistência Social no respectivo Município. Participaram da pesquisa empírica no Distrito Federal 01 CRAS também selecionados pelos/as pesquisadores/as com a participação do gestor distrital da Política de Assistência Social. No total geral, foram estudados 57 CRAS.

Para escolha dos municípios e dos CRAS foi considerada a diversidade da realidade do desenvolvimento da Política de Assistência Social, contemplando essa diversidade em cada município e em relação aos CRAS. Portanto foram selecionados municípios com diferentes níveis de gestão, com destaque à gestão básica e gestão plena, considerados ainda os CRAS com pelo menos dois anos de funcionamento.

Quanto aos CREAS, foram selecionados 01 em cada Estado e 01 no Distrito Federal, totalizando, por conseguinte, 08 CREAS, selecionados pelos pesquisadores responsáveis pelo estudo de cada Estado da amostra, com a participação dos gestores estaduais e distrital e técnicos inseridos na implementação da Política de Assistência Social. Nesse aspecto, foi considerado o critério de maior abrangência regional dos CREAS no Estado, de preferência envolvendo consórcios de municípios, criados por iniciativa dos Estados. Já, os Centros POP, pela implantação recente, foram também selecionados 01 por Estado participante da amostra e 1 no Distrito Federal, localizados em municípios de grande porte ou metrópole, totalizando 8 Centros POP, considerado o maior tempo de funcionamento, mínimo de um ano, sendo selecionados também com a participação de gestores e técnicos locais.

Para realização da pesquisa de campo foram aplicados os seguintes procedimentos: Observação Sistemática dos CRAS, CREAS e Centros POP *in loco*; Entrevista semiestruturada com gestores estaduais, municipais e conselheiros, e Grupo Focal com técnicos, usuários e conselheiros. A partir desses procedimentos, as informações foram coletadas no período compreendido de 2016 a 2018, procedendo-se a transcrição dos áudios das entrevistas e das reuniões dos grupos focais e a sistematização das observações de campo, material posteriormente selecionado, classificado e organizado com vistas a articular o pensamento dos diferentes sujeitos envolvidos na pesquisa, tendo por referência os eixos temáticos definidos para orientar a investigação. Por fim, foram elaborados relatórios específicos sobre a PAS e a implementação do SUAS em cada município. Esses relatórios ofereceram o conteúdo básico para elaboração dos relatórios de cada Estado, sendo ainda consolidado um relatório de abrangência regional, com a sistematização dos resultados da pesquisa empírica nas regiões Norte e Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste” (RAICHELIS et al., 2019, p. 30/34).

Os resultados dessa pesquisa e de estudos mais recentes sobre a Política de Assistência Social brasileira mostram processos de tendência regressiva, desmanche, desconfiguração, uma “[...] situação de retrocessos e desmanches, que colocam em risco as bases do SUAS e os direitos socioassistenciais alcançados [...]”, como afirma Silveira (2017, p. 487). Correm risco de regressão, benefícios e serviços disponibilizados a mais de 30 milhões de famílias referenciadas nos CRAS, exatamente nessa conjuntura de recessão e avanço da pobreza, quando mais se amplia a demanda pela universalização da Seguridade Social pública.

Sabemos que as Reformas Trabalhista e da Previdência, ampliarão, sem dúvida o número de demandantes da Assistência Social e especialmente a Reforma da Previdência ao interferir no Benefício de Prestação Continuada (BPC) (pela desconexão com o salário mínimo, alteração do teto de idade) ampliarão a pobreza e de idosos e deficientes.

Um segundo aspecto: sabemos que desde seu início, o SUAS está permeado de valores e tendências, tanto conservadoras como emancipatórias. É fundamental todo o tempo, fortalecer aquelas que operam a formulação da Assistência Social como Política Pública regida pelos princípios universais dos direitos e da cidadania. Porque estou lembrando esses aspectos? Primeiro, porque o campo é fértil para regressões moralizantes e meritocráticas. Cresce em nossa sociedade o pensamento conservador e reacionário que estigmatiza o pobre por sua pobreza. Também porque no processo de construção e consolidação do SUAS esses valores e tendências estão se confrontando, especialmente com os processos privatizadores. Não podemos esquecer que o pensamento conservador e reacionário se revigora em nossa sociedade, resultante do quadro político, com o ressurgimento de práticas classistas, racistas, homofóbicas, feminicidas, entre outras aspectos, nesse contexto.

O terceiro aspecto para ao qual gostaríamos de chamar a atenção é o “desfinanciamento da política de assistência social”, que tenderá a se agravar crescentemente, como resultado da Emenda Constitucional 95/18 que desqualifica os direitos e impossibilita os serviços de manter a cobertura atual, ao propor o congelamento (com o teto das despesas de 2016) das despesas sociais por 20 anos o terá forte impacto no desempenho da Política de Assistência Social, situação que só se agrava com atrasos de repasse e contingenciamento Sem dúvida a limitação financeira para custear o Suas trará graves consequências.

O quarto ponto a destacar são os constrangimentos do gerencialismo que alcançam a gestão do SUAS que, como aponta Jucimeri Silveira, na

[...] conjugação perversa entre cultura patrimonialista, reprodutora de assimetrias nas relações de poder sob os efeitos da ideologia do mando e do favor, e cultura gerencialista, incorporada na formulação das políticas públicas, a partir da racionalidade instrumental do mercado configura uma feição de Estado com as seguintes dimensões: a) na dimensão social penalizadora da população em situação de pobreza e toda forma de insurgência que represente ameaça à dominação institucionalizada; b) na dimensão econômica gerencialista dos interesses do capital (SILVEIRA, 2017, p. 487).

Por outro lado, estudos têm demonstrado, e a pesquisa em alguns municípios evidenciou, que a judicialização da assistência social tem ocorrido principalmente em relação ao BPC, único benefício constitucionalizado dessa área, processo que ao mesmo tempo em que reconhece o demandante deste benefício assistencial – o *pobre* –, como sujeito de direito, o faz pela via da individualização do acesso ao direito, o que expõe o traço marcante de sociedades do tipo mercantil-escravagista, subordinadas ao capitalismo central dominante, como a brasileira.

Como sexto ponto gostaria de apontar algumas questões relativas à gestão do trabalho: sabemos que a questão dos recursos humanos vem se constituindo um desafio para a administração pública brasileira, situação que se complexifica na assistência social marcada pela tradição de não política e de um histórico de desprofissionalização. O quadro profissional é em geral insuficiente, com grandes defasagens atendendo simultaneamente diferentes municípios.

Comissão Editorial Temporalis: O que dizer para estudantes e para profissionais do Serviço Social sobre o desmonte do sistema de seguridade social em curso no Brasil?

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek: Aqui cabem duas breves palavras: a primeira é sobre a pesquisa, e reitero uma afirmação já feita nesta entrevista: não há melhor caminho para qualificar o trabalho da profissão e seu campo de conhecimento do que o estudo, a pesquisa e o debate. Entendendo a pesquisa como um caminho para iluminar o real, considero, que

[...] a tarefa inicial é desvendar a matriz, decifrar, ainda que sumariamente a crise estrutural do capital, e seus impactos no caráter dependente do capitalismo periférico, para entender o seu ataque contra a política e contra as políticas sociais. Nessa direção sabemos que as transformações em andamento no capitalismo contemporâneo, trazem como consequência a radicalização da questão social e a recomposição das políticas sociais que se tornam cada vez mais focalizadas, seletivas e condicionadas (YAZBEK, 2019, p. 91).

Do ponto de vista político, entendo que vivemos uma era de desqualificação e despolitização da Política, contexto onde estão em questão os sentidos da Política. Nas últimas eleições revelaram-se campos inconciliáveis do conflito de interesses e das lutas sociais, que reforçaram o braço repressivo do Estado, e um

[...] governo que vem confrontando valores democráticos e eliminando direitos conquistados; revelaram também alienação e esgarçamento na disputa entre democratização no horizonte dos direitos e zonas de sombra que nos colocam diante dos velhos fantasmas do autoritarismo (YAZBEK, 2019, p. 92).

Finalmente é preciso desvendar a nova sociabilidade, e a nova política que se inscrevem neste contexto, inscritas na agenda neoliberal,

[...] pois as transformações em andamento ocorrem, não apenas em relação à ordem econômica, mas constituem um conjunto de mudanças e processos assimétricos e desiguais que atingem múltiplas dimensões da vida social. São processos que interferem na esfera da cultura, da sociabilidade e da comunicação, homogeneizando comportamentos, hábitos de consumo, preferências, valores. Por outro lado, esses processos geram brutais desequilíbrios de poder. Essa nova sociabilidade e a nova política, vêm provocando metamorfoses no campo da subjetividade, expressas no individualismo competitivo exacerbado, pressionado pelo consumo e que vive com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes (YAZBEK, 2019, p. 93).

Minha segunda palavra, e não menos importante, é sobre como “enfrentar o desmonte” dos direitos e das Políticas Sociais. Sabemos que o Serviço Social é parte integrante do processo histórico que assumem as relações sociais na sociedade burguesa em seus processos de mudanças, inserindo-se no conjunto da classe trabalhadora, de suas lutas e apontando para a necessidade de um trabalho social orientado para a emancipação humana. Desafio enorme, dentro dos marcos aqui apresentados, na primeira parte dessa exposição que aponta (não fatalmente) para o “não lugar” da política social problematizada por Rosa Marques (RAICHELIS

et al. 2019, p. 120). Desafio que exige a política social pautada no reconhecimento dos direitos sociais quando sabemos da contenção dos gastos sociais que tem sido voltada à geração dos superávits primários elevados para garantir o refinanciamento da dívida pública e a “[...] sensação de credibilidade e de governabilidade” (RAICHELIS et al. 2019, p. 120).

Efetivamente, os assistentes sociais fazem parte da mudança, como gestores e operadores de políticas sociais, que se tem constituído historicamente numa das mediações fundamentais para o exercício profissional. Assim a profissão está envolvida diretamente com a construção cotidiana da sociabilidade capitalista pela mediação dessas políticas, operando dentro de seus limites e de suas possibilidades.

Em síntese, é por essa inserção como trabalhadores, nas relações sociais capitalistas, no atual contexto de crise do capital, que os assistentes sociais constroem cotidianamente seu projeto e sua resistência, ao operacionalizar Políticas Sociais que focalizam e ameaçam o direito. Convivendo muito de perto com as atuais manifestações da Questão Social e suas resultantes econômicas, políticas e culturais, cujos impactos se revelam nos espaços institucionais em que atuam profissionalmente, os trabalhadores assistentes sociais enfrentam novas questões que evidenciam as diversas manifestações da desigualdade e da diversidade humana. O desafio é operar a construção do direito em tempos adversos, apoiando e fortalecendo as lutas da “classe que vive do trabalho”, da qual os assistentes sociais fazem parte. Direitos que sendo públicos têm a universalidade como perspectiva, envolvem interesses coletivos (interesses de uma classe social), tem visibilidade pública, transparência e exigem o controle social, a participação e a democratização e estão dramaticamente ameaçados.

REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda; Carvalho Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33. ed. São Paulo: Cortez; Celats, 2011.

IANNI, Octávio. A construção da Categoria (2003). **Revista Histedebr Online**, Campinas, N. Especial 2003, p. 397-416, abr.2011.

MARQUES, Rosa. O capitalismo financeiro e as políticas sociais: a nova face da contemporaneidade. In: RAICHELIS et al. **A nova morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel; SILVA, Maria Ozanira da Silva; COUTO, Berenice; YAZBEK, Maria Carmelita. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil disputas e resistências em movimento**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVEIRA, Jucimeri. Assistência Social em Risco Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.130. 2017.

SPOSATI, Aldaíza; YAZBEK, Maria Carmelita. **De 1985 a 2016: trinta anos de luta pela construção do direito dos brasileiros à proteção social distributiva**. [S.l.], 2016. (mimeo).

SPOSATI, Aldaíza; YAZBEK, Maria Carmelita; BONETTI, Dilséa. **Assistência na Trajetória da Políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e seu projeto ético político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In: IAMAMOTO, Marilda; YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social na História**. São Paulo: Cortez, 2019.

Maria Carmelita Yasbek

Graduada em Serviço Social. Mestrado (1977) e Doutorado (1992) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós doutoramento no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP) no âmbito dos Fundamentos Políticos das Ideias Contemporâneas (2001).
